

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO DO AUTOR	11
AGRADECIMENTOS	13
SIGLAS E ABREVIATURAS	15
PARTE I. INTRODUÇÃO	17
1. Objeto e justificação do tema	19
2. Enquadramento geral	23
PARTE II. O IRC	27
3. Incidência subjetiva, extensão da obrigação de imposto e residência	29
3.1. Incidência subjetiva	29
3.1.1. Entidades não lucrativas residentes e não residentes	29
3.1.2. Casos especiais: os “entes” de facto	30
3.1.2.1. A sujeição a imposto de “entes” de facto	30
3.1.2.2. A sujeição a IRC de associações e sociedades civis sem personalidade jurídica e de fundações antes do reconhecimento	32
3.2. Extensão da obrigação de imposto e residência	36
4. Incidência objetiva	39

4.1. Regras gerais e elenco das questões a abordar	39
4.2. As entidades que não exercem uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola	42
4.2.1. Delimitação do objeto do estudo	42
4.2.2. A necessidade de uma análise casuística	43
4.2.3. As distribuições de lucros por entidades não lucrativas	45
4.2.4. O desenvolvimento de atividades comerciais, industriais ou agrícolas e as entidades não lucrativas: o critério adotado	47
4.2.4.1. Aproximação ao tema	47
4.2.4.2. As atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e o IRC	49
4.2.4.2.1. Atividades <i>comerciais, industriais ou agrícolas</i> enquanto conceitos próprios dos impostos sobre o rendimento	49
4.2.4.2.2. A desnecessidade de recurso ao Código do IRS	51
4.2.4.3. As operações económicas de carácter empresarial	54
4.2.4.4. O desenvolvimento de atividades sociais: justificação do critério adotado	57
4.2.4.5. Os requisitos de sociabilidade	60
4.2.4.5.1. Elenco	60
4.2.4.5.2. A (<i>não</i>) procura do lucro	61
4.2.4.5.3. Interesse geral da atividade	67
4.2.4.5.4. O carácter social da atividade	70
4.2.4.5.5. O desenvolvimento da atividade no âmbito dos fins estatutários	72
4.3. Desenvolvimento a título <i>principal</i> de uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola	74
4.4. As entidades não lucrativas não residentes	78
4.4.1. Questões a abordar	78
4.4.2. Os estabelecimentos estáveis de entidades não lucrativas	78
4.4.3. Os rendimentos não imputáveis a estabelecimentos estáveis	83
4.4.3.1. Os rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito – remissão	83
4.4.3.2. A incidência territorial	84

5. Isenções e não sujeições	89
5.1. Isenções	89
5.1.1. Aspetos introdutórios	89
5.1.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades equiparadas	91
5.1.2.1. Regime e elenco das questões a abordar	91
5.1.2.2. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e as pessoas coletivas legalmente equiparadas	93
5.1.2.3. Do procedimento a seguir pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social	98
5.1.2.4. Do momento da produção de efeitos da isenção	99
5.1.2.5. Dos fins a prosseguir	100
5.1.2.6. Da prossecução <i>exclusiva ou predominante</i> das atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção	101
5.1.2.6.1. Dos elementos a abordar	101
5.1.2.6.2. Do critério de predominância	102
5.1.2.6.3. Das atividades não predominantes	105
5.1.2.6.4. Do exercício efetivo	107
5.1.2.6.5. Da diferença entre atividades e fins	107
5.1.2.7. Dos rendimentos empresariais derivados dentro e fora do âmbito dos fins estatutários	108
5.1.2.7.1. Dos rendimentos isentos	108
5.1.2.7.2. Os rendimentos de atividades agrícolas	108
5.1.2.7.3. As atividades comerciais e industriais desenvolvidas no âmbito dos fins estatutários	109
5.1.2.7.4. Outros rendimentos de atividades que não sejam consideradas comerciais ou industriais	111
5.1.2.8. A aplicação da isenção a entidades lucrativas e não lucrativas	113
5.1.2.9. Da afetação do rendimento aos fins que justificaram a isenção	115
5.1.2.10. Os fundamentos para um justo impedimento na afetação do rendimento aos fins que justificaram a isenção	120

5.1.2.11. Do <i>interesse</i> dos membros dos órgãos estatutários	121
5.1.2.11.1. Enquadramento e elenco dos pontos a discutir	121
5.1.2.11.2. Os membros dos órgãos estatutários	122
5.1.2.11.3. A remuneração dos membros dos órgãos sociais	125
5.1.2.11.4. Pagamento de remunerações com componentes variáveis	126
5.1.2.11.5. A remuneração de membros de órgãos sociais por funções diferentes na entidade não lucrativa	127
5.1.2.11.6. Os resultados da exploração	128
5.1.2.11.7. O significado de <i>interesse</i> e a materialização de vantagens em terceiros	128
5.1.3. Pessoas Coletivas de Utilidade Pública	130
5.1.3.1. Regime e elenco das questões a abordar	130
5.1.3.2. Das Pessoas Coletivas de Utilidade Pública	132
5.1.3.3. Da prossecução <i>exclusiva</i> ou <i>predominantemente</i> de fins elegíveis	133
5.1.3.4. Dos fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar	135
5.1.3.5. Do procedimento a seguir pelas Pessoas Coletivas de Utilidade Pública	137
5.1.3.6. Do momento da produção de efeitos da isenção	139
5.1.4. Atividades culturais, recreativas e desportivas	140
5.1.4.1. Regime e elenco das questões a abordar	140
5.1.4.2. Dos rendimentos diretamente derivados do exercício de atividades culturais, recreativas e desportivas	142
5.1.4.3. Das associações <i>legalmente</i> constituídas	144
5.1.4.4. Do procedimento a seguir pelas associações legalmente constituídas para o exercício de atividades culturais, recreativas e desportivas	145
5.1.4.5. Do momento da produção de efeitos da isenção	145

5.1.5. Associações e confederações	145
5.1.6. Incrementos patrimoniais destinados à realização dos fins estatutários	146
5.2. A não sujeição a imposto	152
6. Determinação do rendimento global	155
6.1. A soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias determinadas nos termos do IRS	155
6.1.1. Introdução	155
6.1.2. As categorias do IRS e a determinação do rendimento líquido	156
6.1.2.1. Enquadramento geral	156
6.1.2.2. Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente	159
6.1.2.2.1. Enquadramento	159
6.1.2.2.2. Determinação do rendimento líquido	163
6.1.2.3. Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais	164
6.1.2.3.1. Enquadramento	164
6.1.2.3.2. Rendimentos de atividades empresariais e profissionais	165
6.1.2.3.3. Atos isolados	170
6.1.2.3.4. Os rendimentos atraídos para a Categoria B	171
6.1.2.3.5. Determinação do rendimento líquido	172
6.1.2.4. Categoria E – Rendimentos de capitais	176
6.1.2.4.1. Enquadramento	176
6.1.2.4.2. Determinação do rendimento líquido	177
6.1.2.5. Categoria F – Rendimentos prediais	177
6.1.2.5.1. Enquadramento	177
6.1.2.5.2. Determinação do rendimento líquido	179
6.1.2.6. Categoria G – Incrementos patrimoniais	181
6.1.2.6.1. Enquadramento	181
6.1.2.6.2. A tributação de mais-valias	181
6.1.2.6.3. Tributação de indemnizações	182
6.1.2.6.4. Determinação do rendimento líquido	184
6.1.2.7. Categoria H – Pensões	185

6.1.2.7.1. Enquadramento	185
6.1.2.7.2. Determinação do rendimento líquido	186
6.2. Os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito	186
6.3. Prejuízos fiscais e menos-valias	187
6.4. Eliminação da dupla tributação económica	188
6.5. Determinação dos gastos dedutíveis	189
6.5.1. Gastos sociais	189
6.5.2. Gastos comuns	193
7. Taxa	197
8. Retenções na fonte	199
9. Tributações autónomas	205
10. Tributação da liquidação de entidades não lucrativas	207
PARTE III. AS DERRAMAS ESTADUAL E MUNICIPAL	209
11. As derramas	211
11.1. Derrama Estadual	211
11.2. Derrama Municipal	212
BIBLIOGRAFIA	213